AUTORES, NOS TERMOS DA SENTENÇA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

012. APELAÇÃO 0075408-68.2016.8.19.0054 Assunto: Contratos Bancários / Espécies de Contratos / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: SAO JOAO DE MERITI 2 VARA CIVEL Ação: 0075408-68.2016.8.19.0054 Protocolo: 3204/2017.00430886 - APELANTE: BANCO BMG S A ADVOGADO: ILAN GOLDBERG OAB/RJ-100643 ADVOGADO: EDUARDO CHALFIN OAB/RJ-053588 APELANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S A ADVOGADO: ISABELA GOMES AGNELLI OAB/RJ-125536 ADVOGADO: DENNIS BRAGA MENDES GONÇALVES OAB/RJ-133732 APELADO: SERGIO DOS SANTOS ADVOGADO: ANDRÉ CORRÊA CARVALHO PINELLI OAB/RJ-168804 ADVOGADO: IGOR LEAO DE SOUZA LIMA OAB/RJ-169514 **Relator: DES. CINTIA SANTAREM CARDINALI** Ementa: APELAÇÕES CÍVEIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. SUPER ENDIVIDAMENTO. BOMBEIRO MILITAR. CONTROVÉRSIA RECURSAL QUE SE CINGE À DEFINIÇÃO DO LIMITE MÁXIMO PARA OS DESCONTOS SOBRE OS VENCIMENTOS DO AUTOR EM VIRTUDE DOS EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS. SENTENÇA GUERREADA QUE ESTABELECEU O PERCENTUAL MÁXIMO DE 30% (TRINTA POR CENTO) SOBRE OS VENCIMENTOS DO AUTOR. APELO DO SEXTO RÉU, BANCO BMG S.A., PLEITEANDO A IMPROCEDÊNCIA DE TODOS OS PEDIDOS, ASSEVERANDO QUE SOMENTE EFETUA DESCONTOS REFERENTES A CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO, NÃO TENDO AS PARTES QUALQUER EMPRÉSTIMO CONSIGNADO PARA REQUISICÃO DE LIMITAÇÃO EM 30% (TRINTA POR CENTO) E QUE A LEI Nº13.172/2015, EM SEU ARTIGO 45 AUTORIZA QUE 5% (CINCO POR CENTO) DA REMUNERAÇÃO MENSAL DO CONSUMIDOR SEJA RESERVADO EXCLUSIVAMENTE PARA DÍVIDAS NO CARTÃO DE CRÉDITO. RECORRE, TAMBÉM, O TERCEIRO RÉU, BANCO DO BRASIL, OBJETIVANDO A APLICAÇÃO DO DECRETO ESTADUAL 25.547/1999 QUE DETERMINA O LIMITE MÁXIMO DE 40% (QUARENTA POR CENTO) SOBRE OS RENDIMENTOS BRUTOS DE SERVIDOR ESTADUAL. RECURSOS QUE MERECEM PROSPERAR, EM PARTE. RELAÇÃO DE CONSUMO. O FATO DO AUTOR SER MILITAR ESTADUAL NÃO OBSTA A APLICAÇÃO DO LIMITE IMPOSTO NA LEI FEDERAL 10820/03. REGRA MAIS ESPECÍFICA E BENÉFICA AO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.547/1999. CASOS DE SUPERENDIVIDAMENTO OS DESCONTOS EFETUADOS NA CONTA BANCÁRIA, OU NO CONTRACHEQUE DO DEVEDOR, DEVEM SER LIMITADOS A 30% (TRINTA POR CENTO) DE SEUS GANHOS, INDEPENDENTE DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO QUE O MESMO EXERÇA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 295 DESTA TRIBUNAL. GARANTIA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. TODAVIA, A PARTE AUTORA POSSUI DESCONTOS À TÍTULO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, O QUE IMPÕE A AMPLIAÇÃO DO LIMITE EM 5% (CINCO POR CENTO), CONFORME ALTERAÇÃO DA CITADA LEI FEDERAL 10.820/03, TRAZIDA PELA LEI 13.172/15. RECURSOS AOS QUAIS SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO, APENAS PARA AMPLIAR O PERCENTUAL PARA DESCONTO NO CONTRACHEQUE DO AUTOR PARA O PATAMAR DE 35% (TRINTA E CINCO POR CENTO), SENDO 5% (CINCO POR CENTO) DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA AMORTIZAR AS DÍVIDAS CONTRAÍDAS POR CARTÃO DE CRÉDITO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO AOS RECURSOS, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

013. APELAÇÃO 0064213-93.2013.8.19.0021 Assunto: Alienação Fiduciária / Espécies de Contratos / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: DUQUE DE CAXIAS 3 VARA CIVEL Ação: 0064213-93.2013.8.19.0021 Protocolo: 3204/2017.00680734 - APELANTE: BANCO BRADESCO S A ADVOGADO: ROSANGELA DA ROSA CORRÊA OAB/RJ-177626 APELADO: GESSE CARLOS SILVA **Relator: DES. CINTIA SANTAREM CARDINALI** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO. SENTENÇA QUE DECRETOU A EXTINÇÃO DO FEITO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA RELAÇÃO PROCESSUAL, IN CASU, A CITAÇÃO DO RÉU. INCONFORMISMO DO AUTOR QUE MERECE ACOLHIMENTO. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DA PARTE AUTORA EM DILIGENCIAR A CITAÇÃO DO RÉU. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES JUDICIAS E CORRETO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS, NÃO DEMONSTRANDO DESINTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DA DEMANDA. REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DO FEITO PARA QUE FOSSE OBTIDO O ENDEREÇO DO RÉU, NÃO ACOLHIDO. PRINCÍPIO DE ACESSO À JUSTIÇA. EXTINÇÃO DO PROCESSO QUE CONFIGURA MEDIDA EXTREMA, NÃO SENDO CABÍVEL NA HIPÓTESE DOS AUTOS. SENTENÇA PREMATURAMENTE PROLATADA. ANULAÇÃO. PROVIMENTO DO RECURSO PARA ANULAR A R. SENTENÇA. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

014. APELAÇÃO 0018346-02.2016.8.19.0206 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outras / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: SANTA CRUZ REGIONAL 1 VARA CIVEL Ação: 0018346-02.2016.8.19.0206 Protocolo: 3204/2017.00700407 - APELANTE: CONSÓRCIO SANTA CRUZ DE TRANSPORTES ADVOGADO: JOÃO CANDIDO MARTINS FERREIRA LEÃO OAB/RJ-143142 APELADO: ROSANGELA DE SOUZA INÁCIO ADVOGADO: ARTUR CARLOS DA SILVA MELO OAB/RJ-139239 **Relator: DES. GEORGIA DE CARVALHO LIMA** Ementa: Apelação Cível. Pretensão de recebimento de indenização por dano moral, sob a alegação de que sofreu constrangimento na estação do BRT. Sentença de parcial procedência do pedido. Inconformismo do demandado. Preliminar de ilegitimidade passiva que se rejeita, em razão de o apelante integrar a cadeia de consumo. Responsabilidade objetiva e solidária dos fornecedores. Teoria do Risco do Empreendimento. Artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor. Na espécie, restou demonstrado que a autora ficou impedida de deixar a estação do BRT, por ter ficado retida na catraca de acesso à deficiente físico. Responsabilidade do réu que somente será afastada nas hipóteses de caso fortuito, força maior, fato exclusivo da vítima ou de terceiro. Prova nesse sentido não realizada. Dano moral configurado. Verba indenizatória arbitrada em R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) que se mostra em consonância com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Inteligência que se extrai da Súmula 343 deste Tribunal de Justiça. Recurso ao qual se nega provimento, majorando-se os honorários advocatícios, a serem pagos pela ré, em 5% (cinco por cento) sobre o quantum fixado pelo Juízo a quo, na forma do artigo 85, § 11, do estatuto processual civil vigente, perfazendo o percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

015. APELAÇÃO 0307092-60.2014.8.19.0001 Assunto: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: CAPITAL 47 VARA CIVEL Ação: 0307092-60.2014.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00696842 - APELANTE: THIAGO MONTENEGRO CARAM ADVOGADO: BRUNO ATHANASIO DA SILVA MATTOS OAB/RJ-204781 APELADO: ITAU ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA ADVOGADO: DR(a). PEDRO ROBERTO ROMAO OAB/SP-209551 **Relator: DES. CINTIA SANTAREM CARDINALI** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESCISÃO C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO. CONTEMPLAÇÃO. IMÓVEL ESCOLHIDO QUE FOI RECUSADO PELA RÉ. ALEGAÇÃO DE ABUSIVIDADE NA CONDUTA DA RÉ. DESISTÊNCIA. PRETENSÃO DE DEVOLUÇÃO IMEDIATA DOS VALORES PAGOS E COMPENSAÇÃO PELOS DANOS MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DO AUTOR SOB O FUNDAMENTO DE QUE RESTOU CONFIGURADA A FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E QUE CABIA À RÉ COMPROVAR FATO MODIFICATIVO, EXTINTIVO OU IMPEDITIVO DO DIREITO DO AUTOR, O QUE NÃO OCORREU. RECURSO QUE NÃO MERECE PROSPERAR. INEXISTE CONTROVÉRSIA QUANTO AO DIREITO DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS NO